



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 38/2022

CONTRATO TRE-RO Nº 38/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0001464-31.2022.6.22.8000

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 36/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.209.450/0001-78, com sede na Avenida Norte, n. 260 – ‘Contêiner A’, bairro: Conjunto Tucumã, CEP: 69.919-784, Município de Rio Branco, Estado do Acre, Telefone(s): (68) 99219-2627 e E-mail(s): nfmsconstrucoes@gmail.com / alexvenicius@gmail.com, neste ato representada por **ALEX VENICIUS AQUINO DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. ***.423/SSP-AC e do CPF nº. ***.530.922-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho n. 843/2022-PRES/DG/GABDG, de 07/07/2022 (evento [0852861](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Despacho n. 1035/2022-PRES/DG/GABDG, de 11/08/2022 (evento [0876386](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços, SOB DEMANDA, DE MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS E CORRETIVAS E DE REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com fornecimento de insumos, de acordo com os termos e especificações no Termo de Referência - TR e seus anexos, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Subcláusula Primeira – Atualmente, os principais edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia encontram-se descritos na tabela abaixo, conforme Capítulo 2, inciso I, letra “a”, do Termo de Referência respectivo:

TABELA - IMÓVEIS DA JUSTIÇA ELEITORAL EM RONDÔNIA	
01	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - EDIFÍCIO-SEDE Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
02	CENTRO DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL Av. Rogério Weber, 1024, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-832
03	FÓRUM ELEITORAL DE PORTO VELHO,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Av. Jaci-Paraná s/n, Bairro Baixa da União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
04	ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS/PATRIMÔNIO Av. Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União - Porto Velho RO, CEP 76.805-859
05	EDIFÍCIO ANEXO III, SEÇÃO DE TRANSPORTE Av. Rogério Weber S/N, Bairro Baixa União - Porto Velho/RO
06	FÓRUM ELEITORAL DE GUAJARÁ- MIRIM Rua Cândido Rondon, 784, Bairro Tamandaré - Guajará-Mirim/RO, CEP 76.850-000
07	FÓRUM ELEITORAL DE ARIQUEMES Rua Aquariquara, 3631, Bairro Setor Institucional - Ariquemes/RO, CEP 76.872- 856
08	FÓRUM ELEITORAL DE BURITIS Av. Porto Velho S/N, Bairro Setor 02, Quadra 26, Lote 14 - Buritis/RO, CEP 76.880-000
09	FÓRUM ELEITORAL DE MACHADINHO DO OESTE Av. Rio de Janeiro, 3134, Bairro Centro - Machadinho do Oeste/RO, CEP 76.868-000
10	FÓRUM ELEITORAL DE JARU Rua Princesa Isabel, 028, Bairro Setor 02 - Jaru/RO, CEP 76890000
11	FÓRUM ELEITORAL DE OURO PRETO Rua Café Filho, 83, Bairro União - Ouro Preto do Oeste/RO, CEP 76.920-000

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	FÓRUM ELEITORAL DE JI-PARANÁ Av. Marechal Rondon, 1218, Bairro Centro - Ji-Paraná/RO, CEP 76.900-101
13	POSTO ELEITORAL DE PRESIDENTE MÉDICI Av. Macapá, 1763, Bairro Ernandes Gonçalves - Presidente Médici/RO, CEP 76.916-000
14	FÓRUM ELEITORAL DE ESPIGÃO DO OESTE Rua Rio Grande do Sul, 2664, Bairro Centro - Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000
15	FÓRUM ELEITORAL DE CACOAL Rua Anísio Serrão, 2004, Bairro Centro - Cacoal/RO, CEP 76963804
16	FÓRUM ELEITORAL DE PIMENTA BUENO Avenida Castelo Branco 970, Bairro dos Pioneiros - Pimenta Bueno/RO, CEP 76.970- 000
17	FÓRUM ELEITORAL DE VILHENA Rua 545, Bairro Jardim América - Vilhena/RO, 76.980-000
18	FÓRUM ELEITORAL DE CEREJEIRAS Av. das Nações, 1847, Bairro Centro - Cerejeiras/RO, CEP 76.997-000
19	FÓRUM ELEITORAL DE COLORADO DO OESTE Av. Marechal Rondon, 4637, Bairro Centro - Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-00
20	FÓRUM ELEITORAL DE ROLIM DE MOURA Av. São Luiz, 4557, Bairro Centro - Rolim



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	de Moura/RO, CEP 76.940-000
21	FÓRUM ELEITORAL DE SANTA LUZIA Rua D. Pedro I, 2349, Bairro Centro - Santa Luzia/RO, CEP 76.950-000
22	FÓRUM ELEITORAL DE ALTA FLORESTA AV. Brasil, 3068, Bairro Princesa Izabel - Alta Floresta/RO, CEP 76.954-000
23	POSTO ELEITORAL DE NOVA BRASILÂNDIA AV. 13 de Maio, esquina com a Av. Tancredo de Almeida Neves, 1858, Bairro Setor 13 - Nova Brasilândia/RO, CEP 76.958-000
24	FÓRUM ELEITORAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ AV. Cacoal, 965 Esq/Rua, Rui Rodrigues de Almeida, Bairro Cristo Rei - São Miguel do Guaporé/RO, CEP 76.932-000
25	FÓRUM ELEITORAL DE ALVORADA DO OESTE Rua Monteiro Lobato, 4283, Bairro Centro - Alvorada do Oeste/RO, CEP 76.930-000
26	FÓRUM ELEITORAL DE COSTA MARQUES Av. Chianca, 1159, Bairro Centro - Costa Marques/RO, CEP 76.937-000

Subcláusula Segunda – O detalhamento do objeto desta contratação consta no Capítulo 2, inciso II, do TR respectivo.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 5, inciso II, assim como as regras para a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

eventual contratação de egressos do sistema prisional, conforme detalhado no Capítulo 9, VII, ambos do TR correspondente.

Subcláusula Quarta – No Capítulo 11, das letras “A” até “H” do Termo de Referência respectivo constam os regramentos a serem observados pela CONTRATADA quanto aos seguintes temas: Das Demandas, das Ordens de Serviços, do Memorial Descritivo / Condições de Execução, do Cronograma Físico, do Valor Total da Demanda / Ordem de Serviços, do Recebimento e Aceitação da Ordem de Serviços e Responsabilidade Técnica, da Coordenação e Execução dos Serviços, do Pagamento de Horas Extraordinárias e Adicionais Sobre Mão de Obra, da Fiscalização, Recebimento Provisório, Definitivo e Garantia das Ordens de Serviços.

Subcláusula Quinta – A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA se compromete a atender as regras estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência e em seus anexos, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais desta contratação, inseridas no Capítulo 9 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Sexta – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica ter ciência e se compromete com o cumprimento de todas as disposições do Termo de Referência respectivo (TR), incluindo seus diversos Anexos, cujos principais estão a seguir relacionados e devem ser observados na execução deste contrato:

I - Estimativa e detalhamento de custos (evento [0850336](#));

II - Declaração de visita (evento [0835452](#));

III - Declaração diversas (disponibilidade, manutenção de preposto no estado de Rondônia e contratação de pessoas presas ou egressa (evento [0835453](#)); e

IV - Declaração de indicação dos profissionais e aceitação de responsabilidade técnica (evento [0844354](#))

Subcláusula Sétima – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço auferido pela oferta do maior desconto ofertado sobre as tabelas do SINAPI DESONERADA referente à unidade da federação do Estado de Rondônia, vigente em MAIO/2022, sendo que o pagamento será realizado por unidades efetivamente executadas e aprovadas pela Fiscalização.

DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto à coordenação e execução dos serviços, deverá ser observado o que segue:

I - A coordenação da execução de cada Ordem de Serviço será de obrigação total e exclusiva da CONTRATADA, devendo o Responsável Técnico verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com as normas e com qualidade, principalmente para evitar retrabalho ou recusa dos serviços prestados;

II - A critério do CONTRATANTE, a CONTRATADA, representada preferencialmente pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião presencial, ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções;

III - É de responsabilidade da CONTRATADA a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto das Ordens de Serviços; e

IV - Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – Com fundamento no art. 72 da Lei nº 8.666/93 e precedentes do TCU (vg Acórdão TCU 2198/2015 - Plenário) será permitida a **SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL** do objeto do contrato, possibilitando a CONTRATADA, mantida sua integral responsabilidade decorrente da execução da demanda, **SUBCONTRATAR ATÉ 50% DO VOLUME TOTAL DOS SERVIÇOS, sendo que a** subcontratação observará as regras abaixo:

I. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, previamente ao início das atividades, as seguintes informações da subcontratada:

- a) Razão Social;
- b) CNPJ;
- c) Nome e CPF do(s) sócio(s);
- d) Comprovantes de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST) e Comprovação de existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- e) Relação detalhada dos serviços que serão subcontratados; e
- f) Justificativa para subcontratação.

II. Caberá ao CONTRATANTE autorizar ou não a subcontratação.

III. Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso, em seu conjunto, permanecendo sob inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das obrigações contratuais.

IV. A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais - inclusive trabalhistas - e/ou contratuais sobre os serviços executados pela subcontratada, nem pela conduta dos prestadores de serviço da subcontratada quando nas dependências do CONTRATANTE.

V. As subcontratadas também devem cumprir as obrigações previstas no subitem DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL do item DO CONTRATO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAIS E DA
POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA– Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado até o limite de 60 meses, na forma do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Subcláusula única – Nesta contratação, o prazo de execução de cada serviço efetivamente demandado será definido nas Ordens de Serviços, tendo como referência os prazos das composições do SINAPI, podendo o CONTRATANTE ajustar os prazos sempre que julgar pertinente, não podendo ultrapassar o prazo de execução do Contrato.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA– O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 5.230.000,00** (cinco milhões duzentos e trinta mil reais), pelo período de vigência desta contratação, conforme abaixo demonstrado e conforme proposta da CONTRATADA:

Item	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL ESTIMADO SEM BDI E SEM DESCONTO (FIXO) R\$	PERCEN TUAL DE DESCON TO OFERTA DO (**)	VALOR GLOBAL ESTIMADO COM DESCONTO E SEM BDI R\$	BDI OFERTAD O (*)	VALOR GLOBAL OFERTAD O COM BDI E COM DESCONT O R\$
01	Prestação dos serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÃO S PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÃO S PREDIAIS SOB DEMANDA co	4.368.003,56	12,32%	3.829.818,39	36,56%	5.230.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

m fornecimento de mão de obra e insumos diversos descritos nas tabelas SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia.					
---	--	--	--	--	--

Obs.: O detalhamento do BDI encontra-se no evento [0850355](#) (Anexo II do Termo de Referência) e o detalhamento da proposta da empresa encontra-se no evento [0873876](#), ambos do Processo SEI respectivo.

Subcláusula Primeira - O valor deste Contrato é estimativo, conforme a demanda, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 44.90.39, conforme Notas de Empenho 2022NE000806 a 2022NE000811, todas de 07/12/2022, a serem reforçadas durante a vigência desta contratação, caso necessário.

Subcláusula Quarta - Quanto a eventuais reajustes/repactuação, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

DA GARANTIA CONTRATUAL

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 261.500,00** (duzentos e sessenta e um mil e quinhentos reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2467/2017 – TCU – Plenário).

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia referida, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, prazo que pode vir a ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e sujeito à critério e deliberação do órgão Contratante.

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

Subcláusula Quarta – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão deste contrato, independentemente de ter a CONTRATADA iniciado a execução ou não, bem como poderá ocasionar outras penalidades cabíveis.

Subcláusula Quinta – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

Subcláusula Sexta – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação vigente relativa à matéria.

Subcláusula Sétima – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em favor do CONTRATANTE, em conta específica com correção monetária.

Subcláusula Oitava – A garantia deverá ter prazo de validade durante todo o prazo de vigência contratual.

Subcláusula Nona – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

Subcláusula Décima – A garantia será considerada extinta:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

II. Após vencido o prazo de 3 (três) meses do término da vigência do contrato, prazo esse que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

Subcláusula Décima Primeira– A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para cobrir as despesas necessárias.

DO PAGAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Quanto aos pagamentos, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;

II - No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), à Justiça do Trabalho e ao CNJ;

III - A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF;

IV - Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo CONTRATANTE para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;

V - A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os comprovantes de quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a presente contratação;

VI - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

VII - O pagamento, quando houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;

VIII - A CONTRATADA deverá apresentar uma nota fiscal para cada município no qual preste o serviço que estará sujeita aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, conforme o caso;

IX - Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos serviços já concluídos ou ao final da execução dos serviços em prazo interior, observando que:

a) Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas. Apenas a título de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exemplo cita: se o serviço se refere a manutenção na rede elétrica com substituição de 20 (vinte) metros de cabos e somente foram substituídos 10 (dez) metros, mesmo que ultrapassado o período de 30 (trinta) dias, o serviço não será considerado concluído.

X - O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados, realizada pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço;

XI - Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;

XII - Poderá ser realizado o pagamento parcial dos serviços, proporcional aos materiais cujos valores sejam significativos em relação ao montante da demanda e que já tenham sido disponibilizados nos locais dos serviços e devidamente constatado em vistoria e atestado pela fiscalização da Ordem de Serviço e verificados a viabilidade de armazenamento, desperdício, risco de manuseio e outros aspectos que garantam o aproveitamento do material, bem como o início imediato de instalação de instalação. Havendo o não emprego do referido material nos próximos 30(trinta) dias, ou mesmo um possível abandono das atividades pela contratada, caberá a fiscalização reavaliar o material e até mesmo propor a devolução e glosa do valor junto aos saldos disponível junto a CONTRATADA.

XIII - Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço, sendo que em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais;

XIV - Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$M = I \times N \times \frac{EM}{VP}$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado:</p> <p>$I = ((TX)/365) \quad I = ((6/100)/365) \quad I = 0,00016438$</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
--	--

XV - A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

XVI - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa; e

XVII - Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a GESTÃO deste contrato será exercida pelo titular da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, ou por seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO 004/2008, observando que:

a) Os acréscimos e supressões de serviços, quando necessários para a conclusão das Ordens de Serviços, serão autorizados pelo gestor do contrato após solicitação da fiscalização, desde que a referida alteração quantitativa não ultrapasse os respectivos valores iniciais.

I - A fiscalização da contratação no TRE-RO será exercida por um representante da Administração, definido especificamente para cada Ordem de Serviço, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço;

II - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei 8.666, de 1993;

III - O fiscal da Ordem de Serviço anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da demanda, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; e

IV - Poderá ainda ser designado para cada Ordem de Serviço, conforme o caso, servidor responsável pelo local onde o serviço será prestado, para atuar como FISCAL LOCAL, acompanhando os trabalhos e reportando ao FISCAL as ocorrências pertinentes e dúvidas oriundas da CONTRATADA.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se a Administração a:

I - Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993;

III - Notificar, por escrito, à CONTRATADA, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

IV - Oferecer todas as informações e esclarecimentos necessários para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações;

V - Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Ceder à CONTRATADA, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;

VII - Quando for o caso, informar à CONTRATADA e oficiar a vara de execuções penais sobre qualquer incidente ou prática de infração por parte dos empregados, para que adotem as providências cabíveis à luz da legislação penal; e aplicar sanções à CONTRATADA, na hipótese de verificar infração a qualquer regra prevista no Decreto nº 9.450/2018 e/ou Resolução CNJ 307/2019;

VIII - Expedir as ordens de serviços de acordo com sua demanda efetiva;

IX - Receber ou recusar os serviços, obedecidos os critérios estabelecidos;

X - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, de acordo com as regras definidas nesta contratação; e

XI - Exercer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos, obriga-se a CONTRATADA a:

I - Indicar, imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, o Responsável Técnico pelos serviços contidos na Ordem de Serviço;

II - Apresentar, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, conforme o caso, para cada Ordem de Serviços recebida;

III - Juntamente com a ART/RRT, apresentar cronograma atualizado considerando a data de entrega;

IV - Empregar, na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado;

V - Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Coordenar a execução dos serviços e a entrega de materiais e equipamentos;

VII - Gerir a mão de obra necessária para a realização dos serviços, inclusive de eventuais subcontratadas;

VIII - Designar **Preposto**, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:

a) O Responsável Técnico poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA;

b) A Carta de Preposição deverá conter ainda endereços, telefones (fixo e celular) e telefax para contato com a CONTRATADA e com o PREPOSTO;

c) O preposto deverá atender às ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE dentro do prazo estipulado.

IX - Submeter à CONTRATADA, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado pelo CONTRATANTE;

X - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, disponibilizando todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessários e aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93;

XI - Manter Encarregado-Geral no local onde será executado o serviço, durante sua execução, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução do serviço, para correção de situações adversas e para o atendimento das solicitações da Fiscalização;

XII - Cumprir e fazer cumprir o(s) cronograma(s) das ordens de serviços aceitas;

XIII - Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA;

XIV - Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;

XV - Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à CONTRATADA ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências do CONTRATANTE, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;

XVI - Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para o CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados;

XVII - Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir todas as normas de segurança e prevenção de acidentes no desempenho de cada etapa dos serviços;

XVIII - Observar, adotar, cumprir e fazer cumprir legislação municipal do local onde o serviço esteja sendo prestado, no que tange a gestão dos resíduos sólidos;

XIX - Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços de manutenção predial nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;

XX - Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes. A inadimplência da CONTRATADA para com estes encargos, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da demanda.

XXI - Assumir total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho (NR), assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes à demanda;

XXII - Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

XXIII - Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho, após a execução de serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXIV - Dar ciência à Fiscalização, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do serviço;

XXV - Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos que forem por ela solicitados, cujas reclamações obriga-se a atender prontamente;

XXVI - Fornecer, no ato da entrega da Nota Fiscal, relatório técnico escrito, assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:

a) Descrição dos serviços realizados;

b) Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços.

XXVII - Informar à Fiscalização, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade e da matrícula de todos os empregados a serem alocados na prestação do serviço, inclusive daqueles designados pela CONTRATADA para exercer atribuições de supervisão, coordenação e controle operacional em relação ao contingente alocado no TRE-RO;

XXVIII - Assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do serviço da demanda ou em conexão com eles;

XXIX - Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei n. 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no SICAF, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à CONTRATADA;

XXX - Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual - EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;

XXXI - Garantir que os prestadores de serviço estejam sempre devidamente identificados e utilizando os equipamentos de proteção individual - EPI;

XXXII - Arcar com o transporte e deslocamento de todo o material necessário à execução dos serviços;

XXXIII - Zelar, guardar e proteger os materiais e ferramentas utilizados nas execuções, mesmo quando depositados em ambiente do CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XXXIV - Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;

XXXV - Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

XXXVI - Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;

XXXVII - Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”

XXXVIII - Os serviços deverão ser executados por mão-de-obra devidamente qualificada e regularmente contratada, conforme as normas trabalhistas aplicáveis. Deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Termo de Referência, bem como às contidas nas disposições legais cabíveis que dispuserem sobre conservação de fachadas, sobre gotejamento irregular de aparelhos de ar condicionado, nos Decretos Estaduais que regulamentem o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, bem como nas Leis Estaduais que dispuserem sobre instalação de para-raios, que dispuserem sobre limpeza e higienização dos reservatórios de água, e na Lei que dispuser sobre limpeza e inspeção de ar condicionado, entre outras;

XXXIX - Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;

XL - Fornecer todas as ferramentas e os equipamentos a serem utilizadas nas atividades de manutenção predial e reformas para manutenções prediais;

XLI - Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos na Ordem de Serviço e/ou seus anexos;

XLII - Empregar de mão de obra formada por pessoas presas ou egressos do sistema prisional, nos termos disposto no § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

XLIII - Na hipótese de demissão de funcionários relacionados à Pnat, a CONTRATADA deverá:

a) Entrega mensalmente relação nominal dos empregados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Em até 5 (cinco) dias: comunicar o fato ao fiscal do contrato ou responsável indicado; e
- c) Em até 60 (sessenta) dias: providenciar o preenchimento da vaga em aberto em decorrência de demissão ou de outro fato que impeça o comparecimento da mão de obra.

XLIV - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual;

XLV - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a ao TRE-RO; e

XLVI - Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas no contrato, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto deste contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento.

Subcláusula Primeira - Com fundamento no Art. 7º da Lei 10.520/02, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, se for o caso, sem prejuízos das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a CONTRATADA que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preço;
- c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da Ordem de Serviço;
- e) Não manter a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução da Ordem de Serviço;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal;

Subcláusula Segunda - As sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constam do edital do certame respectivo.

Subcláusula Terceira - O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a CONTRATADA a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso injustificado na entrega de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT:

- a) Multa de 1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor da Ordem de Serviços, contados da data do recebimento da OS, até o limite de 5 (cinco) dias;
- b) Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

II - Atraso injustificado na execução ou entrega dos serviços:

- a) prazo de até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre valor global do respectivo serviço/demanda, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
- b) prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º (décimo) dia de atraso, podendo caracterizar a inexecução total ou parcial do contrato e aplicação das sanções definidas nesta Cláusula e, ainda, a rescisão do contrato.

III - Atraso injustificado das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total respectiva Ordem de Serviço;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) De 3 (três) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor da respectiva Ordem de Serviço;
- c) Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

IV - Não observância do subitem DA CONTRATAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL do item DO CONTRATO do Termo de Referência:

- a) Na primeira ocorrência, advertência;
- b) Na segunda ocorrência, multa de 2% (dois por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
- c) Na terceira ocorrência, multa de 5% (cinco por cento) apurados sobre o valor total do contrato;
- d) Sem prejuízo de aplicação das multas, a quarta ocorrência poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

Subcláusula Quarta - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- a) Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
- c) Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

Subcláusula Quinta - Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula.

Subcláusula Sexta - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Sétima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU 567/2015- Plenário**).

Subcláusula Oitava - A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011-Plenário**).

Subcláusula Nona - Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei 6.830/80**).

Subcláusula Décima - As multas e demais penalidades não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da CONTRATADA serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Décima Primeira - O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

Subcláusula Décima Segunda - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Décima Terceira - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Décima Quarta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima Quinta - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Sexta - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Sétima - O valor da multa ou condenação, eventualmente, aplicadas à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

Subcláusula Décima Oitava - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber o TRE-RO, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Nona - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Vigésima - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Vigésima Primeira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Vigésima Segunda - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

DA RESCISÃO CONTRATUAL
(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados. Logo, é permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, *in verbis*:

“Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual”

Observação: É vedado o reequilíbrio, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a CONTRATADA está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;
2. *Em conformidade com os Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU, os preços contratados PODERÃO ser reajustados após o período mínimo de 01 (um) ano, observando que:*
 - a) *Contado de MAIO/2022, data da divulgação da tabela do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia considerada para o orçamento dos preços estimados, desde que tenham*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sido divulgadas, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia;

b) Contado da data da abertura do certame, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, para a atualização de todos os valores de insumos ou serviços obtidos em outras fontes que não as tabelas do SINAPI.

3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;

4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;

5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, VI, X e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), nos Decretos Federais 3555/2000, 7.892/2013, 7983/2013, 8250/2014, 9.488/2018, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.702/2022 e 23.474/2016; na Resolução CNJ 400/2021; no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 8 de dezembro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ALEX VENICIUS AQUINO DA SILVA Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/12/2022, às 13:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALEX VENICIUS AQUINO DA SILVA, Usuário Externo**, em 08/12/2022, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 08/12/2022, às 17:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 08/12/2022, às 17:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0953696** e o código CRC **F8FA996D**.

0001464-31.2022.6.22.8000

0953696v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP/COSEG/SAOFC

ASSUNTO: Definição da modalidade licitatória – Análise do Termo de Referência – SRP - Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 71 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP) para receber os atos da **formação de registro de preços** para eventual contratação, sob demanda, de pessoa jurídica especializada na execução de de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com FORNECIMENTO DE INSUMOS, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0831913](#)).

02. Assim, veio ao processo a Solicitação de Contratação ([0831915](#)), aprovada pela autoridade administrativa ([0832009](#)), o Estudo Técnico Preliminar – ETP ([0835431](#)), a Informação conclusiva sobre o valor estimado do registro de preços de **R\$ 5.834.412,47** (cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil quatrocentos e doze reais e quarenta e sete centavos) – evento [0835432](#).

03. Na sequência, a SEMAP juntou o termo de referência nº 8/2022 ([0809647](#)), o qual define os contornos gerais dos serviços com detalhamento do objeto, seu objetivo e detalhamento, justificativa, conformidade ao planejamento estratégico e aos critérios de sustentabilidade ambiental, formação do preço global de referência, aderência ao planejamento orçamentário, contrato, gestão e fiscalização do contrato, da garantia, subcontratação, vigência, prazo de execução, obrigações das partes, pagamento, penalidade, esclarecimentos, dentre outras informações. Acompanha o instrumento, os seguintes documentos:

ANEXO I – Estimativa e detalhamento dos custos ([0835441](#));

ANEXO II – planilhas de detalhamento da proposta ([0835446](#));

ANEXO III – Declaração diversas: disponibilidade, manutenção de preposto no estado de rondônia e contratação de pessoas presas ou egressa ([0835453](#));

ANEXO IV – Resumo de demandas estimadas ([0816296](#));

ANEXO V – Modelo de proposta comercial ([0835456](#));

ANEXO VI – Declaração de indicação dos profissionais técnicos ([0844354](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Por meio do Despacho 1333/2022, o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à COMAP e AJSAOFC para suas providências regimentais.

05. Na fase de análise do TR, a SAC, solicitou diligências ([0847911](#)). Realizados os ajustes juntou-se o novo Termo de Referência 11/2022 ([0848211](#)), que recebeu a análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão (de acordo com o novo art. 70-A, II do Regulamento da Secretaria do TRE-RO), concluindo pela regularidade do documento e seus anexos com as normas aplicáveis ([0848396](#)).

06. Recebidos nesta unidade jurídica, na data de 23/06/22 foi solicitada uma nova diligência para possíveis ajustes no TR ([0849474](#)), o que de fato se consumou, motivo pelo qual veio ao processo a nova versão do TR original, agora nominado de **TERMO DE REFERÊNCIA N. 12/2022 – SEMAP** ([0849673](#)). Nessa oportunidade, a unidade prestou informações sobre a composição dos BDI's definidos no TR e acolheu as demais diligências, situação que conduziu à alteração do valor inicial estimado do objeto pretendido para **R\$ 5.964.945,70** (cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos). Em função disso, também foram produzidos novo ETP ([0850268](#)) e Informação conclusiva sobre o valor estimado do registro de preços ([0850282](#)), além dos anexos I, II e V ([0850336](#), [0850355](#) e [0850356](#)) para constar a alteração dos valores estimados em função da mudança da tabela do SINAP adotada como referência na estimativa, agora MAIO/2022, conforme registrado pela SEMAP no evento [0850605](#).

07. Por meio do Despacho 1466/2022 ([0850687](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à COMAP para análise das modificações incluídas no novo Termo de Referência 12/2022 e seus anexos, informando se haveria objeções e AJSAOFC para suas providências regimentais. Em cumprimento, a SAC concluiu pela regularidade do referido TR - complementado pelo novo ETP e Informação Conclusiva.

08. Assim instruído, retornou o processo para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO COMO SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

09. Sobre a delimitação do objeto, é importante ressaltar que no caso de serviços de engenharia, a definição legal inserida no inciso II do artigo 6º da Lei n. 8666/93 elenca diversas atividades, porém de forma exemplificativa. Veja-se:

Art. 6º Para fins desta Lei, considera-se:

I - (...) omissis

II – Serviço – toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, **manutenção**, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissional. (sem grifo no original)

10. Ademais, o estudioso **Cláudio Sarian Altounian** esclarece o disposto no texto legal:

Da avaliação das atividades listadas, parece que o legislador procurou definir serviços de engenharia como aquelas atividades em que há predomínio do emprego de mão-de-obra em relação ao de material e, no caso de obra, o contrário. (Obras Públicas, p. 33. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009) (sem negrito no original)

11. Outra interessante diretriz para a referida distinção é apresentada por **Lucas Rocha Furtado**:

O critério usualmente adotado para distinguir esses dois contratos (obras e serviços) é o da verificação da tangibilidade, da materialidade de seu objeto. Será obra o contrato que crie nova materialidade, o mesmo não sendo verificado nos serviços. Assim, no caso de um edifício que necessite de reforma, como será criado novo aspecto material, será licitada e contratada a execução de obra. **Ao contrário, na conservação (serviço), não será criado nenhum aspecto material visualmente novo.**

12. No caso em tela, a descrição do objeto pretendido é a contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviço **comuns de engenharia para realizar manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos**, no âmbito dos prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme descrição na tabela – imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia, item 2.I.a do TR 12/2022 ([0849673](#)). Por sua vez, a unidade técnica - SEMAP, enquadrou o o objeto pretendido pela Administração em serviços comuns de engenharia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Verifica-se que a Lei n. 10.520, de 2002, não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de **serviços comuns de engenharia**, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (**vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário**).

14. Assim, será comum o objeto que, embora sofisticado, não necessite de uma análise técnica mais acurada, e que possa, por isso, ter suas características definidas de forma objetiva no edital, segundo a descrição tradicionalmente encontrada no mercado. A esse respeito o Tribunal de Contas da União, através do Acórdão n. 1.617/06, esclarece:

É irregular a utilização da modalidade pregão visando a contratação de obras e serviços de engenharia que possuam complexidade de especificação e de execução inconciliáveis com o caráter comum dos objetos passíveis de serem contratados por meio da citada modalidade licitatória.

15. Por conseguinte, o assunto está pacificado pela Súmula 257, de 2010, do TCU:

O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei nº 10.520/2002.

16. Em consonância com o entendimento da Corte de Contas, o novel Decreto Federal n. 10.024/2019 dispõe expressamente esta possibilidade no seu art. 1º. Ainda, conceitua serviço comum de engenharia como, *ipsi litteris*:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

VIII - serviço comum de engenharia - atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

(...)

17. Nesse panorama, sempre que a Administração demonstrar que o objeto é comum, o que demandará avaliação de profissional capacitado em análise aos parâmetros mencionados, permitindo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o julgamento se dê com utilização do tipo menor preço, o pregão poderá ser adotado. A esse respeito temos a seguinte afirmações:

Partindo do pressuposto de que os vocábulos comum e usual encerram conceitos indeterminados, é forçoso reconhecer que a avaliação do que é comum ou usual depende da perspectiva do interlocutor, ou melhor, do agente administrativo que deve decidir se a licitação pode ou não ser feita através da modalidade pregão. Isso porque, o comum e o usual dependem da experiência, da vivência, da atividade do interlocutor em relação ao mercado. (Pregão presencial e eletrônico, p. 54. Curitiba: Zênite, 2005)

18. O parágrafo único do art. 1º da Lei n. 10.520/02 conceitua, *in verbis*:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

19. Neste contexto, urge trazer à baila trecho do Acórdão do TCU n. 313/04 – Plenário que ensina:

(...) o objeto da licitação deve se prestar a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, pois não haverá propostas técnicas. Caso essas condições sejam atendidas, o pregão poderá ser utilizado.

20. É o que se verifica nestes autos, nos quais percebe-se a usabilidade dos serviços pretendidos pela Administração dentro do segmento específico de mercado (área de engenharia). **Assim, as propostas dos licitantes serão analisadas e comparadas exclusivamente pelo critério do preço**, ausente necessidade de investigar elementos outros decorrentes da técnica construtiva aqui irrelevante, já que objetivamente definidas no edital por meio de especificações comuns, habituais e frequente no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei n. 10.520/2002.

21. Enfatiza-se que o enquadramento do objeto da licitação como serviço comum de engenharia, por sua vez, implica a análise do mercado e do conhecimento dos padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos em normas técnicas ou por usualmente aceitos pelos profissionais de engenharia. Assim, por depender de conhecimentos que extrapolam a esfera jurídica, **não competiria a esta unidade jurídica a caracterização do objeto contratual como “obra”, “serviço de engenharia”, ou “serviço comum” de engenharia**. Cabe, sim, à área técnica do órgão fazê-la, de modo justificado, o que foi feito nestes autos (Item 2 – Do objeto e seus detalhamentos - TR 12/2022 – SEMAP).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. É neste sentido, aliás, a Orientação Normativa nº 54 da AGU, de 25/04/2014. Veja-se:

Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

23. No caso vertente, pressupõe-se correta a manifestação sobre a natureza comum dos serviços a serem contratados, **o que viabiliza a adoção do pregão eletrônico como modalidade licitatória** e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame proposto.

24. Assim, considerando que o valor estimado da contratação pretendida extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns de engenharia**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019**, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019**.

25. O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a formação de **registro de preços** e eventual contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser dar pelo **menor preço** oferecido para o **item único em disputa no certame**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme os critérios de aceitação da proposta registrados no Capítulo F, do TR em análise.

III – DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

26. Com relação à opção pela formação de registro de preços apontada pela unidade demandante, deve-se analisar preambularmente duas questões: 1º) a aplicabilidade do sistema de registro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de preço para serviços continuados; e 2º) a aplicabilidade do referido sistema para serviços de engenharia.

27. O Decreto Federal n. 7.892/2013, que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, não faz qualquer distinção quanto à natureza dos serviços a serem contratados por meio de registro de preços. Ainda, prevê a vigência dos contratos oriundos do SRP devem observar o art. 57 da Lei n. 8.666/93 (art. 12, § 2º), levando a entender a possibilidade de sua adoção para esse tipo de serviços.

28. O TCU analisou a matéria, posicionando da seguinte forma:

Sumário: DENÚNCIA. IRREGULARIDADE NA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. PROVIMENTO PARCIAL. ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO RECORRIDA. PERMISSÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, OBSERVADAS CONDIÇÕES PARA IMPEDIR DESVIRTUAMENTO DA LICITAÇÃO. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS. (...)

Voto: (...)

Em substituição ao aludido mandamento, entendo mais alinhada com a normatização aplicável e com o interesse público, a permissão de que o SRP seja utilizado para contratação de serviços contínuos, desde que o termo de convocação fixe os quantitativos máximos a serem contratados e que o órgão gerenciador da ata controle as adesões posteriores para que esses limites não sejam superados. (Acórdão 1.737/2012-Plenário)

29. Sobre o assunto, o Tribunal já se manifestou no sentido de que é lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas na norma regulamentadora e com expressa justificativa da circunstância ensejadora (Acórdão 3.092/14 e 1.737/12, ambos do Plenário do TCU). Todavia, o simples fato de haver uma possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços não justifica a constituição de uma ata de registro de preços. (Acórdão n. TCU 1.604/2017-Plenário)

30. Destarte, vislumbra-se a possibilidade da licitação para formação de registro de preço de serviço continuado, desde que preenchidos os requisitos previstos no Decreto n. 7.892/2013.

31. Há tese em contrário. Exemplo disso, é o juízo da Controladoria-Geral da União – CGU que, em sua publicação Sistema de Registro de Preço – Perguntas e resposta, Edição revisada – 2014, p. 21, aduz sobre a impossibilidade desta contratação via SRP:

17. Pode haver contratação de serviços do tipo continuado por meio de SRP? Não, tendo em vista que as contratações de serviços continuados envolvem a necessidade de planejamento e elaboração prévia obrigatória de projeto básico/termo de referência para a contratação daqueles serviços. Assim, considerando que se os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços continuados já são certos e determinados, não poderia a sistemática do SRP ser utilizada para a contratação. Nesse sentido, encontra-se esculpido no inciso IV, art. 3º, do Decreto nº 7.892/2013. Segue *in verbis* o inciso IV, art. 3º do Decreto nº 7.892/2013: Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: [...] IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. As hipóteses previstas pelo inciso IV se relacionam com o atendimento da imprevisibilidade do quantitativo ou do momento da contratação, condições estas não inerentes aos serviços do tipo continuado previstos no inciso II, art. 57, da Lei nº 8.666/1993, pois estes se tratam de serviços que não podem sofrer interrupções, e dessa forma não devem ser fundamentos para a contratação de serviços terceirizados. Ademais, considerando essa necessidade de planejamento para a contratação, como determinado pela IN SLTI nº 02/2008, fica comprometida a possibilidade de participação de “caronas” na respectiva ARP, pois aquela cotação muito provavelmente não abordará o atendimento, de modo a atender aos princípios da eficiência e da economicidade, da necessidade específica de cada órgão não participante. Portanto, nos casos de contratação de serviços continuados, deve-se lançar mão da modalidade pregão em sua forma ordinária, sem registro de preços, caso os bens a serem fornecidos sejam do tipo “comum”.

32. Apesar da divergência, não se observa óbice legal na adoção de SRP para a licitação de serviços continuados, pois alguns casos concretos podem ser amoldar nas hipóteses autorizadoras.

33. Com relação a aplicabilidade da SRP para licitação visando contratar serviço de engenharia, não se observa proibição legal, inclusive a Lei n. 12.462/2011, que trata sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, traz de forma expressa a possibilidade de utilização para obras e serviços de engenharia (art. 20 c/c art. 32, III).

34. Apesar de tal normativo não ser empregue ao caso concreto (art. 1º da Lei supracitada), verifica-se, por meio de uma interpretação sistemática, que a ata de registro de preços nesta situação está em consonância com a lei, basta para tanto o caso concreto preencher uma das hipóteses estabelecido no seu Decreto regulador.

35. Análogo é também a concepção do TCU. Reproduz-se abaixo excerto dos acórdãos proferidos por essa Corte, *in verbis*:

É admissível a contratação, mediante registro de preços, de serviços de reforma de pouca relevância material e que consistam em atividades simples, típicas de intervenções isoladas, que possam ser objetivamente definidas conforme especificações usuais no mercado, e possuam natureza padronizável e pouco complexa (Acórdão 3419/2013-Plenário, 4.12.2013).

É possível a contratação de serviços comuns de engenharia com base em registro de preços quando a finalidade é a manutenção e a conservação de instalações prediais, em que a demanda pelo objeto é repetida e rotineira. (Acórdão 3605/2014-Plenário, 9.12.2014)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA NÃO COMUNS MEDIANTE PREGÃO OU SRP. IMPOSSIBILIDADE. DETERMINAÇÃO. Carece de amparo legal a utilização da modalidade licitatória denominada Pregão ou a utilização de SRP objetivando a contratação de empresa para execução de obras e serviços não comuns de engenharia. (Acórdão TCU nº 296/2007 – Segunda Câmara) (sem negrito no original)

36. Superados os temas acima explanados, passa-se a análise do SRP propriamente dito. A estudiosa **Larissa Panko**, na *Seleção de Estudos e Instruções sobre licitações e Contratos da Editora Negócios Públicos*, conceitua o referido sistema:

(...) representa um conjunto de procedimentos destinados ao registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens (ao invés da celebração de contratos/ instrumentos equivalente, como ocorre nas licitações ditas tradicionais – leia-se, não destinadas ao registro de preços), a serem dispostos em um documento específico denominado Ata de Registro de Preço (ARP), os quais serão utilizados para o atendimento de necessidades futuras da Administração, e acordo com a sua demanda efetiva; cujos respectivos fornecedores que terão os seus preços/ produtos registrados, serão selecionados após a realização dos competente processo licitatório.

Constitui-se, portanto, o SRP, em um banco de preços previamente selecionados, por parte do próprio Órgão/ Entidade Contratante.

37. Contudo, o SRP somente é utilizado nas hipóteses elencadas taxativamente no Decreto Federal n. 7.892/2013. Veja-se:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou,

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

38. Como visto, as justificativas registradas pela unidade solicitante no Capítulo 4, item IV, alínea “b” e “c” e no Capítulo 8, II, A, subitens “ii” e “iii” do TR em análise, encontram correspondência com as hipóteses permissivas arroladas nos incisos I e V do art. 3º do Decreto n. 7892/2013. Por tal motivo, a formação de registro de preços é mesmo o procedimento adequado para a contratação pretendida, posto que melhor atenda ao interesse da Administração.

39. No que diz respeito a vigência da futura Ata de Registro de Preços, a Administração poderá utilizá-la por um período de até 12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares.

40. Tem-se também que, para a formação de registro de preços, não será exigida prévia a indicação de dotação orçamentária, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**:

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

41. Nesse mesmo sentido, é a Orientação Normativa/AGU n. 20, de 01/04/2009: “*Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato*”. **REFERÊNCIAS:** arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

42. Registra-se, por fim, que a unidade solicitante se manifestou, nos Capítulo 8, II, B do TR em análise, pela **NÃO** divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, justificada pelo entendimento da unidade demandante que esse procedimento não poderia ser aplicado ao certame porque o **referencial de precificação** está restrito às **tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia**. Além disso - e principalmente - pela celeridade que deve ser imprimida ao certame, motivo pelo qual recomenda a supressão dessa fase, com duração sempre prolongada em razão do tempo que deve ser reservado aos eventuais órgãos interessados para produzirem e aprovarem os atos necessários à participação. Entende-se que tais justificativas cumprem a exigência contida no § 1º do art. 4º do Decreto n. 7.892/2013. De igual forma, a SEMAP também **NÃO** possibilitou a adesão de outros órgãos na futura ARP, apenas uma faculdade prevista no art. 22 do citado regulamento, desde que devidamente justificada a vantagem, o que não parece ser o caso do SRP pretendido.

IV – DO TERMO DE REFERÊNCIA

4.1 Da objeto especificado:

43. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

44. Em vista do que regem os referidos artigos, nota-se que a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

45. Porém, no teor do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência 12/2022–SEMAP por esta Assessoria Jurídica, não obstante as análises da SAC ([0848396](#) e [0851070](#)), unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão (de acordo com o novo art. 70-A, II do Regulamento da Secretaria do TRE-RO).

46. Sabe-se que para aferição da licitude da competição, a definição do objeto contida no termo de referência deve corresponder às reais necessidades do órgão, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame.

47. Pelo contexto lógico da pretensão em análise, consistente na execução de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com FORNECIMENTO DE INSUMOS, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia, todos detalhadas no termo de referência da unidade demandante, tem-se que a justificativa apresentada no Capítulo 4 do termo de referência explicita com clareza, não restando dúvidas que reflitam as reais necessidades do órgão, até porque, como destacado pela unidade de engenharia no Capítulo V, I, "b" do TR:

(...) Esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2015/2020) e o PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS para o Exercício 2020, documentos publicados e disponíveis na página da intranet deste Tribunal e está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, em relação ao indicador "**Índice de adequação das instalações físicas**" - Ação: Priorizar investimentos em obras/reformas.

4.2 Da estimativa de preços:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

48. Sobre a pesquisa de mercado para obter o preço estimado para contratação, a Corte de Contas Nacional orienta:

AC-0265-05/10-P - Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.] [ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que: [...]

9.1.12. realize uma **detalhada** estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, **cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real** possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (sem grifo no original).

49. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** - elaborado em consonância com o art. 3º do Decreto Federal n. 7.983/2013, que prescreve a possibilidade de uso da tabela SINAP na fixação dos custos de obras e serviços de engenharia, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil, que no caso em análise foi juntado ao processo no evento [0850282](#), estando os requisitos da estimativa inseridas nesse documento após pesquisa de preços levada a cabo pela SEMAP.

50. Registra-se ainda que a composição dos custos unitários e globais dos serviços e insumos diversos foram obtidos nas tabelas do SINAPI **COM DESONERAÇÃO** REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em MAIO/2022, sobre os quais foi aplicado o **BDI de 36,56%** (trinta e seis inteiros e cinquenta e seis centésimos) **sobre os serviços** e de **21,59%** (vinte e um inteiros e cinquenta e nove por cento) **para o fornecimento de materiais**, conforme parâmetros definidos pelo Acórdão n. 2622/2013 - TCU - Plenário para obras e serviços de engenharia, com ajustes em função da alíquota de 5,0% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, praticada pelos diversos municípios do Estado de Rondônia e pela alíquota de 4,5% da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB, estabelecida pela Lei n. 12.715, de 17/12/2012 - e suas infundáveis legislações alteradoras, tudo registrado no Capítulo 6, i, "c" e "d" do TR e na Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação e, ainda, na informação prestada pela unidade demandante no evento [0849674](#) .



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

51. De notar-se que a estimativa fundamentada dos preços de referência para os serviços buscados cumpriu o preceito contido na Súmula TCU n. 259, que estabelece: “*Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério e aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor*”.

4.3 Dos critérios de sustentabilidade:

52. O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

53. Por sua vez o Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021.

54. Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020, que define ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

55. Já o art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

56. No caso em análise, o TR, de forma salutar, prevê a adoção de alguns parâmetros estabelecidos na referida IN n. 001/2010-SLTI/MPOG e, ainda a obrigação de que, o descarte e reutilização dos resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá observar a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente nos Municípios de Porto Velho como também nos demais municípios onde serão executados serviços, caso estes já tenham aprovado leis/atos normativos com essa finalidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.4 Da subcontratação parcial dos serviços:

57. O termo de referência prevê a possibilidade de subcontratação parcial do objeto do futuro contrato, de acordo com as regras previstas no Capítulo 12 do TR juntado. A jurisprudência do TCU orienta no sentido de exigir prévia e expressa autorização da Administração, veiculada por previsão em edital e em contrato, para que o contratado possa subcontratar parte do objeto contratual. Tal entendimento decorre de interpretação conjunta dada aos artigos 72 e 78, VI, todos da Lei n. 8.666/93.

58. À luz das prescrições legislativas citadas, a Corte de Contas vem considerando ilegal a subcontratação não prevista no instrumento convocatório e contratual. Nesse sentido, veja-se, exemplificativamente, o **Acórdão n. 1014**, proferido ainda do ano de 2005:

Nos ensinamentos de Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, Editora Renova, 2002, p. 694.) “(...) poderá subcontratar se for em parte e desde que tal possibilidade houvesse sido prevista no ato convocatório e no contrato, vedada a inclusão, em regulamento, de autorização genérica para subcontratar, uma vez que a subcontratação terá de ser expressamente admitida em cada contrato, inclusive com a fixação de limite condizente com o objeto deste.” (grifei) Assim, deve-se observar a previsão de subcontratação no instrumento convocatório do certame licitatório e no contrato celebrado com a empresa, nos termos dos arts. 78, IV, combinado com o art. 72, todos da Lei nº 8.666/1993. (TCU, Acórdão nº 1014/2005, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, j. em 20.07.2005.)

59. Apesar da subcontratação consentida (prevista em instrumento editalício e contrato), até os limites previstos, a empresa contratada permanece com total responsabilidade legal e contratual, como corretamente estabelece o subitem "v" do Capítulo 12 do TR em análise.

4.5 Da garantia contratual:

60. Relativamente à **garantia de execução do contrato**, insta frisar que o artigo 56 da Lei n. 8.666/93 permite a autoridade competente, a seu critério, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

61. Conforme registrado no item "iii" do Capítulo 10 do TR em análise, a unidade técnica aponta a adoção da garantia contratual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, devendo apresentá-la no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma e em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

4.6 Da contratação de egressos do sistema prisional:

62. No item VII do Capítulo 10 do TR, a unidade demandante registra que a futura contratada deverá cumprir os requisitos do **Decreto 9.450**, de 24 de julho de 2018 e da **Resolução CNJ n. 307**, de 17 de dezembro de 2019, motivo pelo qual previu que sempre que o valor total de demandas/ordens e serviços do futuro contrato, em determinado município ultrapassar R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) e a proporção mínima de vagas a serem observadas for de 4% (quatro por cento) quando os serviços de todas as demandas/ordem de serviço em execução de um contrato, em determinado município, requererem até 50 profissionais, será exigida a contratação de egressos do sistema prisional.

63. Por mais que as regras sistematizadas sejam bem-vindas, tem-se como relevante aqui reproduzir as conclusões registradas no **Parecer Jurídico n. 303, de 29/01/2021 (0656175)**, proferido em sede de consulta no PSEI n. [0002651-45.2020.6.22.8000](#), acolhido pelo senhor Secretário da SAOFC ([0667122](#)):

40. Considerando o cenário apresentado para aplicação das normas, e diante de todo o exposto neste parecer sobre a matéria, e mais, para que este órgão possa definir modelos e procedimentos que tornem aplicáveis, com segurança jurídica e econômica a política pública intentada pelo legislador, por cautela, esta assessoria jurídica OPINA no sentido de orientar a administração deste Regional no sentido de:

a) construir um diálogo ou uma consulta oficial da gestão deste órgão com os juízos responsáveis pela execução penal no Estado de Rondônia;

b) da mesma forma, formalizar diálogo ou uma consulta oficial da gestão deste órgão com o titular da Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia (SEJUS) e/ou com a Gerência de Reinserção Social da SEJUS para que seja confirmada a existência de pessoas presas ou egressas **aptas** para a execução de trabalho externo e principalmente saber suas qualificações. Assim, na fase de planejamento da licitação o requisito de habilitação poderá ou não ser exigido e,

c) as unidades responsáveis pelas contratações, na fase do planejamento da licitação, devem observar as normas prescritas na Resolução CNJ nº 307/2019 e, no que couber, desde que não contrarie a norma primária, utilizar de modo subsidiário o Decreto Federal nº 9.450/2018 e a Portaria Interministerial nº 3/2018.

41. Percebe-se também apropriado, diante da complexidade do serviço a ser contratado e da decisão por adoção ou não das cotas para presos ou egressos, parece mais ajustado empregar uma ampla avaliação técnica ou uma análise discricionária da autoridade competente pela contratação, para que a gestão adote com segurança administrativa e jurídica as referidas cotas, ou aplicar, subsidiariamente, o disposto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no § 4º do artigo 5º do Decreto Federal nº 9.450/2018, e afastar a adoção das cotas por mostrar um quadro de inconveniência ou inadequação nas contratações, desde que devidamente justificado e verificado pelo gestor quando do planejamento da licitação.

64. Em face das relevantes ponderações e até mesmo do procedimento prévio que deveria ser adotado para a exigência da contratação de egressos do sistema prisional, repita-se, acolhidas pelo Senhor Secretário da SAOFC, entende-se que as obrigações possam permanecer no TR, todavia, ausente comprovação de sua real execução, pouca efetividade trará concretamente para a materialização dessa política pública.

65. Em função disso, solicita-se que a SEMAP apenas insira exigências dessas natureza nos atos das futuras contratações quando efetivamente comprovada a possibilidade concreta de efetivação dessa medida. Caso contrário, aplique, subsidiariamente, o disposto no § 4º do artigo 5º do Decreto Federal n. 9.450/2018 e afaste a adoção das cotas por mostrar um quadro de inconveniência ou inadequação nas contratações, na forma das orientações extraídas do referido Parecer Jurídico.

4.7 Dos demais elementos do TR:

66. O Termo de Referência registra ainda os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, a definição dos métodos, a execução e recebimento do serviço, obrigação das partes, forma de pagamento, penalidades e rescisão contratual. Todos os requisitos citados foram demonstrados no instrumento técnico, juntamente com seus anexos, motivo pelo pode-se afirmar que o TR contempla os elementos essenciais exigidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n, 10.024/19.**

V – DO REGIME TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

67. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

68. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Ainda, por força do art. 48, inciso III, da LC n. 123/2006 e do art. 8º do Decreto n. 8.538/2015, deverá ser estabelecido cota de até 25% do objeto de natureza divisível para contratação de ME e EPP.

69. No caso em tela, o valor estimado de **R\$ 5.964.945,70** (cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) é bastante superior ao teto que possibilita a aplicação do referido regime de exclusividade previsto pelo artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016.

70. Por seu turno, constata-se que, dada a **unicidade do objeto**, amplamente justificada no Capítulo 4, V, do TR, torna-se impossível aplicar o regime de cotas destinadas às ME/EPP's posto que os serviços foram descritos como indivisíveis para fins da contratação de uma única empresa especializada, motivo pelo qual também não terá lugar a regra do **inciso III do art. 48 da LC n. 123/2006**.

VI – CONCLUSÃO

71. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:

I – considerando os elementos que constam do **TERMO DE REFERÊNCIA N. 12/2022 – SEMAP (0849673)**, também analisados em seus aspectos formais pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão (de acordo com o novo art. 70-A, II do Regulamento da Secretaria do TRE-RO, o referido instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (inciso II do art. 14 do mesmo regulamento);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – pela possibilidade da eventual contratação dos serviços comuns de engenharia pretendidos, por meio da modalidade licitatória do pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, tratando-se da **formação de registro de preços, tem-se como dispensada a indicação de dotação orçamentária**, para a deflagração do certame, consoante a regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**;

III – O edital de licitação, caso aprovada a pretensão da formação de registro de preços pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer o **tipo de licitação menor preço global para o único item**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que a SEMAP optou pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

IV – Em razão do preço estimado e pelas características do objeto explicitados nos itens 67 a 70 deste parecer, será **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC n. 123/06.

V – Cuidando-se de competição que será definida em função do valor global ofertado para a execução dos serviços estimados em **R\$ 5.964.945,70**, sobre o qual as competidoras oferecerão seus respectivos descontos e também que os custos estimados foram extraídos das tabelas públicas do SINAPI COM DESONERAÇÃO da Unidade da Federação do Estado de Rondônia, com vigência iniciada em MAIO/2022, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil, tem-se como inaplicável a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação disciplinada no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

Assim, no entendimento desta unidade, poderão ser divulgados não apenas o valor global, como também todas as planilhas que contêm os detalhamentos dos custos estimados, haja vista que esses dados não são objeto de disputa.

72. Em relação às regras acerca da contratação de egressos do sistema prisional, disciplinadas no item VII do Capítulo 10 do TR,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reprise-se o que registrado no **item 65 deste parecer**, solicitando-se à SEMAP que apenas insira tais exigências nos atos das futuras contratações quando efetivamente comprovada, no âmbito deste Tribunal, a possibilidade concreta de efetivação da medida. Caso contrário, aplique, subsidiariamente, o disposto no § 4º do artigo 5º do Decreto Federal n. 9.450/2018 e afaste a adoção das cotas por mostrar um quadro de inconveniência ou inadequação nas contratações, na forma das orientações extraídas do **Parecer Jurídico n. 303, de 29/01/2021** ([0656175](#)), proferido em sede de consulta no PSEI n. [0002651-45.2020.6.22.8000](#), acolhido pelo senhor Secretário da SAOFC ([0667122](#)).

73. Conforme antes registrado no quadro que consta no evento [0849474](#), considerando que o Capítulo 9 do TR prevê a formalização de instrumento de contrato, sob venia, pede-se à autoridade administrativa da SAOFC que, se assim entender, **determine a elaboração da minuta pela SECONT**, a qual poderá ser analisada por esta unidade jurídica juntamente com a minuta do edital do certame.

74. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 30/06/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0851128** e o código CRC **C004F320**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001464-31.2022.6.22.8000

0851128v26



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Formação de registro de preços - Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos.

DESPACHO Nº 843 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, visando a formação de registro de preços para eventual contratação, sob demanda, de pessoa jurídica especializada na execução de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVA, PREVENTIVA e CORRETIVA e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com FORNECIMENTO DE INSUMOS, a fim de atender às necessidades ordinárias deste Tribunal ([0831913](#)).

Carreou-se a solicitação de contratação ([0831915](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0850282](#)); o estudo técnico preliminar para pregão eletrônico ([0850268](#)); e o termo de referência ([0849673](#)) e seus anexos, contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A contratação foi estimada no valor total de R\$ 5.964.945,70 (cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos), nos termos do item 6 do TR ([0849673](#)).

Após as diligências cabíveis, a Seção de Apoio às Contratações - SAC concluiu que o TR, complementado pelo ETP e a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

informação conclusiva sobre o valor estimado, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações dispostas no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002; no art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019; nas regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0851070](#)).

Por se tratar de Registro de Preços, fica dispensada a programação orçamentária, consoante regra contida no § 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013.

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade da eventual contratação dos serviços comuns de engenharia pretendidos por meio da modalidade licitatória do pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19; para que o edital da licitação estabeleça o tipo de licitação menor preço global para o único item, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, destacando que a SEMAP optou pelo modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's; e pela divulgação dos preços estimados ([0851128](#)). Por fim, salientou a necessidade de elaboração de minuta de contrato, nos termos do capítulo 9 do TR e solicitou à SEMAP que apenas insira nas futuras contratações as exigências de contratação de egressos do sistema prisional quando efetivamente comprovada, no âmbito deste Tribunal, a possibilidade concreta de efetivação da medida. Caso contrário, aplique, subsidiariamente, o disposto no § 4º do artigo 5º do Decreto Federal n. 9.450/2018 e afaste a adoção das cotas por mostrar um quadro de inconveniência ou inadequação nas contratações, na forma das orientações extraídas do **Parecer Jurídico n. 303, de 29/01/2021** ([0656175](#)), proferido em sede de consulta no PSEI n. [0002651-45.2020.6.22.8000](#), acolhido pelo senhor Secretário da SAOFC ([0667122](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo "menor preço"; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade; pela não divulgação da intenção de registro de preço e pela divulgação dos preços estimados para a contratação ([0851669](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de serviços definidos como comuns pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19), tem-se como imperiosa a adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado a este Tribunal pela Portaria nº 143/2005/TRE.

Consoante bem asseverou a Assessoria Jurídica, a Lei nº 10.520/2002 não veda a utilização do pregão para contratação de serviço de engenharia, apenas trata de serviços genericamente. Neste contexto, o Tribunal de Contas da União – TCU entende possível a realização de pregão para contratação de serviços comuns de engenharia, reafirmando que a referida lei não exclui previamente quaisquer espécies de serviços dessa modalidade de licitação, apenas condiciona sua utilização aos serviços comuns (vide Acórdãos nº 817/05 – 1ª Câmara e nº 1329/06 – Plenário).

Quanto à opção pela formação de registro de preços feita pela unidade solicitante, observa-se que o Decreto n. 7.892/2013, que disciplina o art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, não faz distinção sobre a natureza dos serviços a serem contratados por ARP. O Tribunal de Contas da União - TCU já decidiu que é lícita a utilização do sistema de registro de preços para contratação de serviços contínuos, desde que configurada uma das hipóteses delineadas na norma regulamentadora e com expressa justificativa da circunstância ensejadora (Acórdão 3.092/14 e 1.737/12, ambos do Plenário do TCU). Pelas justificativas apresentadas no item 8, subitem II, do Termo de Referência ([0849673](#)), percebe-se que a formação de registro de preços é o procedimento adequado para a pretendida aquisição, posto que melhor atende o interesse da Administração.

Sobre o valor estimado da contratação que se pretende efetivar, nota-se que a estimativa fundamentada dos preços de referência para os serviços buscados cumpriu o preceito contido na Súmula TCU n. 259, que estabelece: “*Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério e aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor*”, conforme item 51 do Parecer Jurídico SAOFC [0851128](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com relação à sustentabilidade, foi previsto pelo TR a adoção de alguns parâmetros estabelecidos na referida IN n. 001/2010-SLTI/MPOG e, ainda a obrigação de que, o descarte e reutilização dos resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deverá observar a legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente no Município de Porto Velho como também nos demais municípios onde serão executados serviços, caso estes já tenham aprovado leis/atos normativos com essa finalidade.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, o valor estimado da contratação é superior ao teto que possibilita a aplicação do referido regime de exclusividade previsto pelo art. 48, inciso I da LC 123/2016. Além disso, dada a unicidade do objeto, amplamente justificada no Capítulo 4, V, do TR, torna-se impossível aplicar o regime de cotas destinadas às ME/EPP's, uma vez que os serviços foram descritos como indivisíveis para fins da contratação de uma única empresa especializada, motivo pelo qual também não terá lugar a regra do inciso III do art. 48 da LC n. 123/2006.

Ante o exposto e os documentos carreados aos autos, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0850268](#)) e o Termo de Referência 12 ([0849673](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento nº [0850282](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria n. 101/2021/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por menor preço, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

4 - determino a utilização do Sistema de Registro de Preços e a restrição na divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), justificada pelo entendimento da unidade demandante que esse procedimento não poderia ser aplicado ao certame porque o referencial de precificação está restrito às tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) do Estado de Rondônia, bem como pela celeridade que deve ser imprimida ao certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 - determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019;

6 – determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC n. 123/06,

7 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante item 5, II, do TR;

8 - determino a divulgação dos valores estimados para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [art. 15 do Decreto n. 10.024/2019](#);

À **SEMAP** para observância, nas futuras contratações, da recomendação inserta no item 72 do Parecer Jurídico da AJSAOFC [0851128](#), acerca da contratação de egressos do sistema prisional.

À **SAOFC** para a continuidade, com vistas à contratação pretendida, devendo providenciar a elaboração de minuta do instrumento contratual, consoante orientado no item 73 do Parecer Jurídico 71 ([0851128](#)).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 07/07/2022, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0852861** e o código CRC **854141EA**.

0001464-31.2022.6.22.8000

0852861v39



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEMAP/COMSEG

ASSUNTO: Minuta de edital de Pregão Eletrônico e do instrumento de contato - REGISTRO DE PREÇOS - Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 86 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP) para receber os atos da **formação de registro de preços** para eventual contratação, sob demanda, de pessoa jurídica especializada na execução de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com FORNECIMENTO DE INSUMOS, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0831913](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 71/2022 ([0851128](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros, pela adoção do Sistema de **Registro de Preços** por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei n. 10.520/2002** e no **art. 1º, § 1º, do Decreto Federal n. 10.024/19**, sendo **aplicável** o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's.

03. Pela Manifestação n. 276/2022 ([0851669](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu às conclusões do parecer e pelo Despacho n. 843/2022 ([0852861](#)), da lavra da Diretora-Geral deste TRE/RO, foram aprovados o ETP e o TR 12/2022-SEMAP e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJDG, determinado-se, entre outros comandos, a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's e a divulgação dos valores estimados, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

04. Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 1579/2022 ([0855835](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à SECONT e SLC para continuidade. Assim, veio ao processo a minuta do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato ([0856033](#)) e do instrumento convocatório e seus anexos ([0856111](#)). Por fim, a SLC remeteu os autos a esta Assessoria Jurídica para análise ([0856112](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

05. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

06. Observa-se que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019 bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

07. Há destaque quanto à comprovação de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, (itens 9.1 a 9.5), bem como ao cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, constante no item 9.6 “d” (contração de menores de 18 anos) via declaração firmada pela licitante, a qual deverá ser enviada por meio do próprio Sistema Eletrônico do COMPRASNET.

08. Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.

09. Além disso, constatou-se que o pregoeiro, em cumprimento ao item 8 do despacho da DG ([0852861](#)), manteve os valores que contam das tabelas com as estimativas de preços como também o valor global dos serviços estimados em **R\$ 5.964.945,70**, sobre o qual as competidoras oferecerão seus respectivos descontos e também que os custos estimados foram extraídos das tabelas públicas do SINAPI COM DESONERAÇÃO da Unidade da Federação do Estado de Rondônia, com vigência iniciada em MAIO/2022, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil, motivo pelo qual teve-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por inaplicável a restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação disciplinada no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

10. Em relação ao valor global estimado, verifica-se que esse foi alterado no novo TR n. 12/SEMAP ([0849673](#)); o dado foi corretamente reproduzido no Anexo V - Modelo de Proposta, que indica o valor global estimado sem BDI e sem desconto de **R\$ 4.368.003,56**; mas foi registrado de forma equivocada no Anexo VII - Minuta da ARP, certamente tomando-se como parâmetro os valores que constaram do TR original n. 8 ([0835434](#)), depois substituído no processo. Em razão disso, para evitar-se contradições e eventuais questionamentos, esta unidade jurídica orienta a correção dos dados previamente à publicação do edital.

11. Verifica-se também que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0856033](#), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

12. Por fim, sugere-se à SLC a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

III – DA CONCLUSÃO

13. Pelo exposto, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica:

I - Aprova os termos da minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços juntada ao processo no evento [0856033](#);

II - Aprova os termos da minuta do **Edital e seus anexos** ([0856111](#)), estando apto para desencadear a fase externa do certame competitivo, **desde que promovida a alteração registrada no item 10 parecer**, a qual, tratando-se de mero erro material, torna desnecessária o retorno do processo a esta unidade para nova análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 08/07/2022, às 17:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0856152** e o código CRC **0A5BA2D6**.

0001464-31.2022.6.22.8000

0856152v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SEMAP/COMSEG

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Formação de Registro de Preços – Eventual Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 129 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial (SEMAP) para receber os atos da **formação de registro de preços** para eventual contratação, sob demanda, de pessoa jurídica especializada na execução de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVAS, PREVENTIVAS e CORRETIVAS e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com FORNECIMENTO DE INSUMOS, no âmbito dos Prédios de propriedade - ou sob seu domínio a qualquer título - da Justiça Eleitoral de Rondônia ([0831913](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0852861](#)), a minuta de contrato ([0856033](#)) e do edital de pregão eletrônico ([0856111](#)) foram objetos de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 86/2022 ([0856152](#)) para cumprimento da exigência contida no Parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

03. Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 23/2022 ([0857134](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 13/07/2022, consoante documentos comprobatórios da publicidade ([0858204](#)).

04. Constatam-se os seguintes pedidos de esclarecimentos:

I - PE n. 1: Indagação da empresa CONSTRUTORA SMART acerca do valor que será utilizado para formação de preços do certame ([0862357](#)), respondida pelo Pregoeiro, nos seguintes termos ([0862763](#)):

3.1.2. Resposta Pregoeiro: Do exposto no item 6 do Termo de Referência nº 12/2022 (DO PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA - OBSERVÂNCIA DO DECRETO FEDERAL N. 7.983/2013), Anexo IX do edital, extrai-se que o **valor global estimado** do registro de preços é de **R\$ 5.964.945,70** (cinco milhões, novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos), sendo que desse valor, R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) refere-se a valor estimado de reformas para manutenções prediais e R\$ 1.964.945,70 (um milhão, novecentos e sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos), a manutenções preditivas, preventivas e corretivas.

A planilha estimativa a qual a solicitante se refere (Anexo I do edital (anexo – 1E Estimativa Custo – Anual)), trata-se de planilha de estimativa de preços de manutenção preditivas, preventivas e corretivas. Sobre o valor constante da planilha, destaca-se os seguintes excertos extraídos do item 6, b, 1 e 2, do TR:

1. Este valor foi obtido através de mera estimativa de serviços a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral em Rondônia para um período de 12 (doze) meses, conforme anexos deste TR, no entanto, não estando engessado aos detalhamentos presentes nos anexos que balizou o valor estimado, assim, os serviços serão somente realizados de com as necessidades do TRE-RO.

2. Os quantitativos das demandas previstas para o período decorrem da necessidade de manter-se regular a infraestrutura física do Tribunal, com serviços corriqueiros e contínuos necessários para manter a capacidade funcional do respectivo prédio e que foram estabelecidas por exigência da Administração, além das demandas emergenciais informadas na justificativa da contratação do objeto.

4. Esclarecida a questão e considerando que o esclarecimento não altera as cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Este esclarecimento será respondido por e-mail à solicitante e disponibilizado nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo.

II - PE n. 2: Indagação da empresa SOBERANA CONSTRUTORA quanto às normas aplicadas às retenções tributárias e, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

tocante ao BDI, sobre a formação da alíquota de 9,45% da rubrica "*Tributo Serviço*" ([0863700](#)). A unidade demandante prestou informações sobre as dúvidas suscitadas pela empresa ([0864048](#)), foram respondidos pelo Pregoeiro - exceto dois deles que não foram claramente formulados - e mantidas as regras editalícias ([0852040](#)). Acolhida a manifestação da unidade técnica, foram assim respondidas pelo Pregoeiro ([0864462](#)):

3.1.1.1. Quais serão as normas e enquadramentos que deverão ser apresentadas na proposta?

3.1.1.1.1. Manifestação da unidade técnica-demandante: **Documentos que demonstrem o enquadramento/regime tributário informado pela proponente.**

(...)

3.1.1.2. Na planilha modelo de BDI no final de cada planilha aparece escrito conforme imagem acima. A dúvida é referente o "Tributo Serviço", o que seria esse tributo serviço? e quais tributos são levados em consideração para chegar no valor apresentado?

3.1.1.2.1. Manifestação da unidade técnica-demandante: **As informações destacadas pela proponente devem ser desconsideradas, pois não fazem parte da composição dos DBIs solicitados, as informações que as empresas precisam apresentar e preencher nas referidas planilhas são as destacadas nos campos com SOMBREAMENTO.**

(...)

4. Esclarecida a questão e considerando que o esclarecimento não altera as cláusulas do Edital, será mantida a data prevista para a Sessão Pública, nos termos do § 4º, do artigo 21 da Lei n. 8.666/93. Este esclarecimento será respondido por e-mail à solicitante e disponibilizado nos sítios eletrônicos do COMPRASNET e do TRE-RO, além de juntado aos autos do proc. administrativo respectivo.

05. Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) Relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0865584](#));

b) Documentos de proposta e habilitação da licitante **DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI** - CNPJ n. 07.608.975/0001-46, primeira colocada após a fase de lances:

b1) proposta inicial ([0865590](#)), proposta ajustada no valor de R\$ 5.100.000,00 ([0865596](#)); planilha de detalhamento dos preços ([0865796](#)), informação da unidade técnica sobre inconsistência na memória de cálculo da proposta e percentual de desconto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0865906](#)), proposta ajustada 2, no valor de R\$ 5.098.753,08 ([0866284](#)), nova planilha de detalhamento dos preços ([0866287](#)); nova informação da SEMAP que concluiu que a proposta atendia às especificações e exigências estabelecidas no Edital quanto ao aspecto antes destacado ([0866310](#)); documentos de habilitação da empresa ([0866377](#)); manifestação da SEMAP, com quadro no qual aponta os itens descumpridos: (...) *informamos que a documentação de habilitação apresentada pela empresa não está de acordo com a exigida neste procedimento de contratação, portanto, a documentação apresentada pela empresa NÃO ATENDE aos requisitos de qualificação exigidos no referido certame.* Após novos esclarecimentos sobre a questão do enquadramento tributário, a SEMAP entendeu sanada a dúvida ([0866829](#)). Por fim, pela análise de quadro esquemático com todas as exigências habilitatórias, a SEMAP informou que empresa **CONTINUAVA EM DESACORDO** com a exigência habilitatória, pois a certidão de acervo técnico - CAT n. 987110/2022 apresentada **NÃO ATENDEU** aos requisitos de qualificação exigidos no certame ([0867205](#));

c) Documentos de proposta e habilitação da licitante **MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI** (PILAR CONSTRUÇÕES) - CNPJ n. 38.235.161/0001-37, segunda colocada após a fase de lances:

c1) proposta inicial de R\$ 5.099.730,29 ([0868627](#)), planilha de detalhamento dos preços ([0868633](#)), proposta ajustada no valor de R\$ 5.100.000,00 ([0865596](#)); informação da unidade técnica sobre inconsistência, a saber: a planilha do BDI de fornecimento de material indicava 36,56%, as alíquotas de COFINS (3,00%) e PIS (0,65%) estavam invertidas na planilha; a planilha do BDI de Serviços indicava 21,59%; constatou-se a inversão de composição das planilhas pelo fato da proponente ter



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preenchido a proposta utilizando o BDI de 36,56% que no documento se refere ao fornecimento de material e não da prestação dos serviços ([0868672](#)). Assim, veio ao processo os **ajustes** na planilha de detalhamento dos preços ([0869101](#)), do BDI de materiais, agora de 21,59% ([0869103](#)) e de serviços com materiais, agora de 36,56% ([0869107](#)) e, ainda, nova planilha com os custos analíticos ([0869205](#)). Em nova manifestação, a SEMAP considerou que o BDI de serviços informado de **36,56%** e o desconto de **15,505%** demonstrava pela Planilha Analítica ([0869205](#)) dos itens de maior relevância das futuras execuções que proponente estaria com "prejuízo" nos itens 1 e 5 e no total dos itens da referida planilha a licitante apresentava um lucro de apenas 0,5%. Diante disso, solicitou que a licitante **demonstrasse a exequibilidade dos itens 1 e 5 da Planilha Analítica** ([0869207](#)). Em resposta, a licitante trouxe ao certame os documentos juntados nos eventos [0869972](#) e [0869974](#), havendo a unidade técnica entendido que a licitante demonstrara a exequibilidade do item 1, por outro, acerca do item 5 não foi apresentado cotações ou documento que evidencia a exequibilidade do referido item. Contudo, a proposta foi aceita pelo Pregoeiro, que assim justificou o ato: (...) *considerando que a licitação considera o TODO em seus vários itens de composição e que, entre lucros e prejuízos, a licitante MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI apresentou lucro de 0,59% e comprovou a exequibilidade de um dos itens, tenho por aceitável a proposta* ([0870066](#)). Assim, vieram ao processo os documentos de habilitação ([0870050](#), [0870051](#), [0870053](#), [0870055](#), [0870058](#), [0870060](#) e [0870064](#), submetidos à análise da SEMAP, a unidade técnica concluiu que a licitante não atendeu aos requisitos de habilitação técnica, na forma detalhada no quadro juntado no evento [0870153](#).

d) Documentos de proposta e habilitação da licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI -



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CNPJ n. 12.209.450/0001-78, terceira colocada após a fase de lances:

b1) proposta inicial de R\$ 5.230.000,00 ([0873876](#)); planilha de detalhamento dos preços ([0873879](#)), informação da unidade técnica sobre a regularidade da proposta de preços ([0873879](#)); documentos de habilitação ([0873980](#), [0873987](#), [0873989](#), [0873991](#) e [0873992](#), submetidos à análise da SEMAP, a unidade técnica concluiu que a licitante atendeu aos requisitos de habilitação técnica, na forma detalhada no quadro juntado no evento [0873999](#).

e) Ata do Pregão Eletrônico ([0874588](#));

j) Resultado por fornecedor ([0874590](#));

k) Termo de adjudicação ([0874592](#));

l) Comprovantes de envio do resultado do certame para publicação ([0856281](#)).

06. Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 49/2022 ([0874595](#)), oportunidade que já trouxe ao processo a comprovação das publicações do resultado do certame ([0875061](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela SLC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0875061](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 19/2022

07. Desencadeadas a fase externa da competição, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação ([0858204](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos, senão vejamos:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Conforme consta do relato, foram recebidos dois pedidos de esclarecimento ao edital, respondidos e devidamente divulgados pelo pregoeiro nos eventos [0862357](#) e [0864462](#) - o segundo após manifestações da unidade técnica ([0864048](#)) - na forma do art. 23 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

A análise dos elementos que constam dos referidos incidentes revela que o Pregoeiro deu a eles o desfecho adequado, prestando as respostas solicitadas de acordo com os dados que constavam no próprio edital (em relação ao preço global estimado da contratação) ou após as informações prestadas pela unidade técnica, atendendo aos princípios jurídicos a que as normas editalícias estão submetidas. Assim, visto que os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro não importaram em alterações nas regras do edital, corretamente o certame foi mantido para a data prevista para a Sessão Pública, nos termos da parte final da redação do § 4º do artigo 21 da Lei n. 8.666/93.

Não houve impugnações ao edital.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

c) Lances: Os lances estão registrados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 23/2022 ([0874588](#)). Conforme relata o Preoeiro, **houve exclusão** de um lance de R\$ 2,00 (dois reais), flagrantemente inexecutável, medida que, por cautela do Pregoeiro foi informada no *chat*, constando da ata do certame, p. 5. *chat* de 26/07/2022, às 10h15m..

d) Item deserto: Não houve.

e) Cancelados na aceitação: Não houve.

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas. As ocorrências estão registradas nos itens 5.3 do Relatório do Pregoeiro.

Sobre esse aspecto, este parecer cuidou de relatar toda a longa tramitação que culminou na inabilitação das licitantes **DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI** e **MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI** (PILAR CONSTRUÇÕES) e na declaração da vencedora do certame, a licitante **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI**.

Dessa forma, pode-se constatar que tanto as inabilitações como a conclusão pela habilitação, deram-se em decorrência de regras expressamente previstas no edital do certame. Assim, o desatendimento delas levou à inabilitação e o cumprimento integral das exigências, após a aceitação da proposta de preços, determinou a declaração da vencedora da disputa, tudo de acordo com as regras editalícias.

Cabe apenas um único registro que diz respeito à aceitação da proposta, pelo Pregoeiro, da licitante **MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI** (PILAR CONSTRUÇÕES).

De notar-se que a unidade técnica, que bem conhece a realidade não só do objeto em seleção, como também de sua execução na fase contratual, registrou que a licitante demonstrara a exequibilidade apenas do item 1, mas em relação ao item 5 não foi apresentado cotações ou documento que evidenciasse essa condição, havendo destacado que eram itens de maior relevância financeira no conjunto dos serviços ([0870011](#)).

Contudo, o Pregoeiro, corretamente, registrou que a licitação (...) *considera o TODO em seus vários itens de composição e que, entre lucros e prejuízos, a licitante MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI apresentou lucro de 0,59% e comprovou a exequibilidade de um dos itens, tendo por aceitável a proposta* ([0870066](#)).

Pois bem, é certo que a aceitação das propostas guiou-se pelo critério do **menor preço global**, sendo portanto extremamente relevante o preço global ofertado para todos os serviços estimados nas planilhas que integram o edital. Contudo, também não se pode perder de vista que os serviços serão executados sob o **regime de empreitada por preço unitário**, definida em cada ordem de serviço que será expedida no decorrer da execução do contrato, havendo também relevância a análise dos valores ofertados para os itens individualizados que compõem o objeto em sua totalidade, principalmente daqueles com maior densidade financeira.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Deve-se todavia reprimir que que está correto o Pregoeiro quando enfatiza que a licitação considera o **TODO** em seus vários itens de composição. Por isso eram relevantes os aspectos que a unidade técnica chamara a atenção, ou seja o desconto de **15,505%** para os itens de serviços, cujos preços são extraídos da Tabela SINAPI - referencial que não reflete preços atuais de mercado, estando constantemente defasada - e ainda a margem diminuta do lucro de apenas **0,59%**, quando o próprio BDI, alinhado com as orientações do TCU, estimou em **8,96%**.

Esse quadro desenhado leva a um repetido e infeliz desfecho - que vem ocorrendo seguidamente neste Tribunal: **a inexecução parcial, ou mesmo total dos contratos celebrados com esse objeto**, sob a alegação das contratadas de defasagem dos preços da Tabela SINAPI.

Esa discussão embora vencida pela inabilitação da referida licitante, não pode ser perdida e, no entendimento desta Assessoria Jurídica, deve ser considerada na fase de aceitação de propostas de futuros certames, principalmente com o mesmo objeto desta licitação.

g) Fase de Habilitação: Como já registrado no relato deste parecer, nessa fase houve a inabilitação das licitantes **DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI** - CNPJ n. 07.608.975/0001-46 e **MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI (PILAR CONSTRUÇÕES)** - CNPJ n. 38.235.161/0001-37, ambas por descumprimentos das exigências de habilitação técnica, indicadas respectivamente nos quadros elaborados pela unidade técnica nos eventos [0867205](#) e [0870153](#), na forma prevista pelo item 9.3., do edital do certame.

Por sua vez, a 3ª colocada, **NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI** - CNPJ n. 12.209.450/0001-78, teve seus documentos analisados e foi habilitada em razão do atendimento de todas as exigências editalícias ([0873999](#)).

h) Do Recurso: Não houve.

09. Registra-se que o prazo recursal se acha vencido pela preclusão temporal e lógica, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que, em tese, foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obteve-se economia de mais de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

10. O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0874588](#)).

11. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

12. Ante o exposto e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0874592](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

13. Registra-se ainda que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para juntada dos documentos comprobatórios da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral.

14. Enfatiza-se o registro sobre a fase de aceitação de propostas que consta do **item 8."f" deste parecer**, que poderá contribuir com as decisões do Pregoeiro em eventos futuros, notadamente relacionados ao objeto ora em seleção que tem sua precificação regada pelo **Decreto n. 7.893/2013** e, portanto, com os preços referencias, via de regra, extraídos da Tabela SINAPI.

15. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 10/08/2022, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0875686** e o código CRC **3C29FD4F**.

0001464-31.2022.6.22.8000

0875686v20



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001464-31.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL - SEMAP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 23/2022 – Contratação de empresa especializada em serviços comuns de engenharia de manutenções preditivas, preventivas e corretivas e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos.

DESPACHO Nº 1035 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, visando a formação de registo de preços para eventual contratação, sob demanda, de pessoa jurídica especializada na execução de serviços comuns de engenharia de MANUTENÇÕES PREDITIVA, PREVENTIVA e CORRETIVA e de REFORMAS PARA MANUTENÇÕES PREDIAIS, com FORNECIMENTO DE INSUMOS, a fim de atender às necessidades ordinárias deste Tribunal ([0831913](#)).

Após a publicação do edital, foram apresentados dois pedidos de esclarecimento ao edital ([0862357](#) e [0863700](#)), tendo ambos sido



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devidamente respondidos pelo pregoeiro ([0862763](#) e [0864462](#)). Não houve impugnações ao edital.

Dentre outros, o pregoeiro trouxe aos autos os seguintes documentos: a) relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0865584](#)); b) documentos de proposta e habilitação da licitante DSB CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO EIRELI, primeira colocada após a fase de lances; c) documentos de proposta e habilitação da licitante MAYK WISLLY DE SOUSA FREITAS EIRELI (PILAR CONSTRUÇÕES), segunda colocada após a fase de lances; d) documentos de proposta e habilitação da licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, terceira colocada após a fase de lances; e) ata do Pregão Eletrônico ([0874588](#)); j) resultado por fornecedor ([0874590](#)); k) termo de adjudicação ([0874592](#)); l) comprovantes de envio do resultado do certame para publicação ([0856281](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 29/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0874595](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante NFM SILVA CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ n. 12.209.450/0001-78, que atendeu aos requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0873987](#) a [0873992](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02 ([0875686](#)).

Vieram os autos para análise final do certame, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico n. 23/2022.

Analisando os autos, verifica-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Além disso, observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo art. 1º, inciso V, da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 23/2022**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0874592](#)), com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **SLC/ASLIC** para juntar o extrato de homologação e para conhecimento da orientação inserta no item 8."f" do Parecer Jurídico 129 ([0875686](#)), referente à fase de aceitação de propostas.

Por fim, devolvam-se à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 11/08/2022, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0876386** e o código CRC **21DF98AF**.